

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D

celebrada entre

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D

como Emissora;

e

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

DATADA DE
04 DE ABRIL DE 2014



100

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D

NIRE: 52300002958

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora,

CELG Distribuição S.A. – CELG D, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob nº 01.543.032/0001-04, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“CELG D” ou “Emissora”);

e, de outro lado, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”), **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas no 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Oliveira Trust” ou “Agente Fiduciário”),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”,

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar a presente “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Celg Distribuição S.A. – CELG D” (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), em observância às seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão, o Instrumento de Repactuação Programada (conforme abaixo definido) e o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) são celebrados de acordo com a deliberação da 234ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da CELG D, realizada em 03 de dezembro de 2013 (“AGE”), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão, da Oferta (conforme definido abaixo), bem como os seus termos e condições definidos, *inter alia*, na Escritura de Emissão, no Instrumento de Repactuação Programada e no Contrato de



100

Cessão Fiduciária; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. A constituição das Garantias Reais (conforme definido abaixo) de que trata o item (4.14) abaixo foi devidamente aprovada na AGE.

CLÁUSULA II DOS REQUISITOS

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 476”, respectivamente).

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.1.3. A Oferta será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º e 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado o cumprimento da obrigação de registro na ANBIMA à expedição de diretrizes específicas e comunicação ao mercado por referido órgão.

2.2.Registro na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG e Publicação da Ata da AGE

A ata da 234ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionista da Emissora (“AGE”), realizada em 03 de dezembro de 2013, foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás (“JUCEG”), em 06 de dezembro de 2013, sob o nº 52132297582, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e publicada, em 19 de dezembro de 2013, (i) no Diário Oficial do Goiás e (ii) no jornal “O Popular”, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro desta Escritura de Emissão, do Instrumento de Repactuação Programada e do Instrumento de Aditamento

2.3.1. A presente Escritura de Emissão, o Instrumento de Repactuação Programada, o Instrumento de Aditamento (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos serão inscritos, pela Emissora,



na JUCEG, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Sem prejuízo do disposto no item (6.5), alínea (e) desta Escritura de Emissão, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão, do Instrumento de Repactuação Programada, do Instrumento de Aditamento e de seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCEG, deverão ser enviados ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados das respectivas datas de registro. Para fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia de segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional e/ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário e/ou não funcionar o mercado financeiro na cidade de São Paulo.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Registro das Garantias Reais

2.5.1. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) será registrado previamente à liquidação financeira da 1ª (primeira) *Tranche* (conforme abaixo definido) em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Goiânia, Estado de Goiás e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro 1973, conforme alterada. A Emissora deverá colocar à disposição do Agente Fiduciário os comprovantes dos registros acima referidos no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento pela Emissora do respectivo comprovante de registro.

2.5.2. Sem prejuízo da caracterização da hipótese de vencimento antecipado prevista na alínea (b) do item (4.15.1) desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído, de forma irrevogável e irretratável, de todos os poderes necessários a promover os registros do



100

Contrato de Cessão Fiduciária e de seus aditamentos, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, constituído em caráter irrevogável e irretratável, observado que a Emissora, caso não os faça, deverá ressarcir o Agente Fiduciário de todos os custos e despesas incorridos.

2.5.3. Previamente ao desembolso de cada *Tranche* subscrita e integralizada após a 1ª (primeira) *Tranche*, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão celebrar aditamento ao “anexo II” do Contrato de Cessão Fiduciária, o qual deverá ser registrado na forma deste item (2.5) previamente ao desembolso da respectiva *Tranche*.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social a exploração técnica e comercial de distribuição de energia elétrica, conforme outorgado pelo poder concedente, conforme previsto no “Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 63”, datado de 25 de agosto de 2000, por meio do qual o poder concedente autorizou a Emissora a explorar os serviços de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão (“Contrato de Concessão”).

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de até R\$290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais) (“Principal”).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1 Serão emitidas até 2.900 (duas mil e novecentas) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

Os recursos captados pela Emissora com a Oferta serão utilizados na liquidação de suas dívidas decorrentes do “Termo de Confissão e Repactuação de Dívida”, celebrado em 11 de novembro de 2005 e aditado em 5 de outubro de 2006, por meio do “Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida”, através dos quais a Emissora reconheceu ser devedora das quotas do Fundo Setorial Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, o qual foi repactuado em 19

de dezembro de 2013, por meio do “Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Fundo Setorial da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)”, objeto do Despacho nº 3.231, de 24 de setembro de 2013 (“Termo de Confissão e Repactuação de Dívida CCC”), no valor de R\$343.860.833,43 (trezentos e quarenta e três milhões, oitocentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos). A Emissora obriga-se a encaminhar ao Agente Fiduciário comprovante de quitação de cada pagamento por essa efetuado nos termos do Termo de Confissão e Repactuação de Dívida CCC, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da efetivação de cada pagamento.

3.6. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante da Emissão é o ITAÚ UNIBANCO S.A, instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Amaral, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”), e o Escriturador Mandatário é o ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.

3.8. Colocação, Procedimento de Distribuição e das *Tranches*

Seção I – Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição, observadas, cumulativamente, as Condições Suspensivas de Desembolso (conforme abaixo definido) e, conforme o caso, as Condições Suspensivas (conforme abaixo definido), para o montante de até R\$290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais), com intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33 (“Coordenador Líder”), conforme os termos e condições do “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Celg Distribuição S.A. – Celg D Nº CSBRA20140400046” (“Contrato de Distribuição”), celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora.

3.8.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, sendo expressamente permitida a realização de distribuição parcial, sendo estabelecido o limite mínimo de colocação de 800 (oitocentas) Debêntures, considerando-se que as obrigações de subscrição e integralização das Debêntures pelo Coordenador Líder e pelos Debenturistas encontram-se sujeitas ao aperfeiçoamento das Condições Suspensivas de Desembolso e, conforme o caso, das Condições Suspensivas. A manutenção da Oferta está condicionada à quantidade mínima de Debêntures subscritas e integralizadas acima estabelecida.

3.8.2.1. O Coordenador Líder fica expressamente autorizado, pela Emissora, a organizar plano de distribuição que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, do líder e do ofertante, de sorte que o Coordenador Líder deverá assegurar que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo, a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes e que sejam cumpridas as demais disposições aplicáveis nos termos da legislação em vigor.

3.8.2.2. O Coordenador Líder poderá acessar até, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.8.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme descrito na cláusula (2.4.3) acima.

3.8.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.8.5. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Qualificados” os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

3.8.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.8.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e do disposto no item (3.8.2.1) tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados. A totalidade das Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas por um único Investidor Qualificado.

3.8.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Seção II – Das Tranches

3.8.11. Observados os termos e condições do Contrato de Distribuição e os procedimentos da CETIP, as Debêntures serão subscritas e integralizadas durante o prazo de até 12 (doze) meses contado do início da Oferta (“Período de Distribuição”), em até 6 (seis) parcelas (“Tranches”), sempre por seu respectivo Preço de Subscrição (conforme abaixo definido). A subscrição e integralização da 1ª (primeira) *Tranche* totalizará o montante de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e as demais *Tranches* serão integralizadas no seguinte cronograma estimado:

Tranche	Data Esperada de Subscrição e Integralização	Valor de Integralização
1ª	15 de abril de 2014	R\$80.000.000,00
2ª	15 de maio de 2014	R\$25.000.000,00
3ª	15 de junho de 2014	R\$50.000.000,00
4ª	15 de agosto de 2014	R\$45.000.000,00
5ª	15 de setembro de 2014	R\$45.000.000,00
6ª	15 de outubro de 2014	R\$45.000.000,00

3.8.12. As datas acima indicadas são meramente estimativas. Observado o disposto no Contrato de Distribuição, as demais *Tranches* serão subscritas e integralizadas, durante o Período de Distribuição, observado o artigo 8º da Instrução CVM 476, em montantes e datas que vierem a ser mutuamente acordados entre a Emissora e o Coordenador Líder, com período mínimo de 30 (trinta) dias entre duas datas de integralização consecutivas, e desde que todas as Condições Suspensivas de Desembolso, conforme abaixo definido e, conforme o caso, as Condições Suspensivas, tenham sido cumulativamente cumpridas, em forma e substância satisfatória ao Coordenador Líder e aos Debenturistas, conforme o caso. Conforme definido no Contrato de Distribuição, até a Data Limite (conforme abaixo definido), o volume máximo de Debêntures subscritas e integralizadas não poderá ser superior a R\$155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais).

3.8.13. Uma vez verificado o cumprimento, cumulativo, das Condições Suspensivas de Desembolso e, conforme o caso, das Condições Suspensivas, observado o disposto no item (4.9.5), abaixo, a Emissora poderá (mas não estará obrigada a) solicitar a subscrição e integralização das *Tranches* remanescentes, sendo certo que à Emissora não serão aplicáveis ônus adicionais pelo não exercício de tal opção. Todas as solicitações de subscrição e integralização, no entanto, serão realizadas em caráter irrevogável e irretratável, observados os procedimentos definidos no Contrato de Distribuição.

3.8.13.1. Previamente ao desembolso de cada *Tranche* subsequente à 1ª (primeira) *Tranche*, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão celebrar aditamento ao “anexo II” do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como realizar todos os procedimentos de registro lá previstos.

3.8.14. Caso (i) não se verifique o atendimento, cumulativo, das Condições Suspensivas de Desembolso e, conforme o caso, das Condições Suspensivas, observado o disposto no item (4.9.5) abaixo ou (ii) tenha se verificado o desembolso de todas as *Tranches*, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a celebrar, no prazo de até 15 (quinze) dias contado da Data Limite ou da data de integralização da última *Tranche*, aditamento à Escritura de Emissão, preparado substancialmente na forma do “Anexo I” (“Instrumento de Aditamento”).

3.8.15. Caso, por qualquer motivo, a Emissora deixe de solicitar a subscrição e integralização de qualquer das *Tranches* ou não se verifique o atendimento, cumulativo, das Condições Suspensivas de Desembolso e/ou, conforme o caso, das Condições Suspensivas até a Data Limite, em forma e substância satisfatória ao Coordenador Líder e aos Debenturistas, conforme o caso, o Coordenador Líder e os Debenturistas ficarão automaticamente liberados e desobrigados de todas e quaisquer obrigações por eles assumidas no que tange à subscrição e integralização de qualquer das *Tranches*, e, com relação ao Coordenador Líder, no que tange às suas obrigações nos termos do Contrato de Distribuição, não cabendo, contra o Coordenador Líder e/ou qualquer Debenturista, em tal hipótese, nenhum direito ou pretensão indenizatória e/ou de ressarcimento de nenhum custo, honorários advocatícios, perda, prejuízo ou dano material ou emergente ou lucro cessante.

Seção III – Das Condições Suspensivas de Desembolso

3.9. O cumprimento, pelo Coordenador Líder e/ou pelos Debenturistas, conforme o caso, da sua obrigação de subscrever e integralizar qualquer das *Tranches*, é condicionada à satisfação, cumulativa, a exclusivo critério do Coordenador Líder, em cada data de subscrição e integralização de cada *Tranche*, conforme definida nos termos do item (3.8.11) acima (“Data de Desembolso”), das seguintes condições suspensivas (cada uma, uma “Condição Suspensiva de Desembolso”):

- a) celebração do Termo de Confissão e Repactuação de Dívida das Contas da CCC de 2006, nos termos do Despacho nº 3.231, de 24 de setembro de 2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em forma e substância satisfatória ao Coordenador Líder;
- b) negociação, preparação, celebração e formalização, inclusive em face de terceiros, de toda a documentação necessária à Emissão, incluindo sem limitação o Contrato de Cessão Fiduciária e os demais documentos vinculados à Oferta, incluindo seus respectivos anexos, em forma e substância aceitáveis ao Coordenador Líder e aos Assessores Legais;
- c) todos os documentos, declarações e autorizações necessários à emissão das Debêntures e à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (i) as autorizações legais e societárias da CELG D e/ou, conforme o caso, de suas controladoras e/ou controladas, (ii) a Resolução assinada pela diretoria da Emissora autorizando, com base no parecer jurídico da Procuradoria Geral da Emissora, a contratação direta de operações financeiras e (iii) o Contrato de Cessão Fiduciária, deverão ter sido obtidos, concluídos, formalizados e/ou registrados, conforme o caso, e deverão estar em forma e substância satisfatórias ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário, e aos Assessores Legais, bem como deverão ser existentes, válidos e eficazes em cada Data de Desembolso;
- d) devida constituição das Garantias Reais, objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, em termos satisfatórios ao Coordenador Líder;
- e) não ocorrência de um evento de rescisão involuntária ou de um evento que possa dar causa à rescisão involuntária do Contrato de Distribuição, de acordo com seus termos e condições;
- f) não ocorrência de (i) um evento que, após o decurso de prazo, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado ou (ii) um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na presente Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à operação;
- g) cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na presente Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à operação, bem como deverão ser existentes,



válidos e eficazes em cada Data de Desembolso;

- h) fornecimento, pela Emissora, em tempo hábil, ao Coordenador Líder e aos Assessores Legais, de todas as informações corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão. Qualquer alteração ou incongruência verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelo Coordenador Líder, visando decidir, a seu exclusivo critério, sobre a continuidade do negócio da Emissão;
- i) fornecimento, em tempo hábil, de todos os documentos e informações requeridos pela CETIP, por ocasião da distribuição e negociação das Debêntures, assim como após obtenção do registro para negociação no ambiente desta entidade, em atendimento às regras estabelecidas pela respectiva entidade;
- j) obtenção e manutenção do registro das Debêntures para distribuição no MDA e negociação no mercado secundário no CETIP 21;
- k) manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes que dão à CELG D e a suas Controladas condição fundamental de funcionamento;
- l) verificação de que todas e quaisquer obrigações assumidas pela Emissora e por suas Controladas, perante o Coordenador Líder e suas respectivas Controladas, advindas de quaisquer contratos, termos ou compromissos, estejam devida e pontualmente adimplidas;
- m) aprovações pelas áreas internas do Coordenador Líder responsáveis pela análise e aprovação da Emissão, incluindo mas não se limitando a crédito, jurídico, contabilidade, risco e *compliance*, além de regras internas da organização;
- n) existência de liberdade, pelo Coordenador Líder, para divulgação da Emissão através de qualquer meio, nos limites da legislação em vigor;
- o) contratação e remuneração de todos os prestadores de serviços necessários para a boa estruturação e execução da Emissão, nos termos aqui apresentados, inclusive dos Assessores Legais;
- p) conclusão do levantamento de informações e do processo de análise detalhada (*due diligence*) da Emissora e, conforme o caso, de suas Controladas e/ou controladoras, em termos satisfatórios, a exclusivo critério do Coordenador Líder e dos Assessores Legais, conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em operações deste tipo;
- q) recebimento, pelo Coordenador Líder, em até 1 (um) Dia Útil antes da Data de Desembolso



da primeira *Tranche*, (i) de opinião legal, datada da data de início da oferta de distribuição das Debêntures e endereçada ao Coordenador Líder, do escritório Motta, Fernandes Rocha – Advogados, na qualidade de consultor legal da Emissão (“Assessores Legais”) e (ii) de Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral da Emissora, em forma e substância satisfatórias ao Coordenador Líder;

- r) não ocorrência de alteração adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora, a critério do Coordenador Líder;
- s) que, em cada Data de Desembolso, todas as declarações feitas pela Emissora e constantes na presente Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação sejam verdadeiras e corretas, sendo que, para os fins desta Escritura, “Documentos da Operação” tem o significado que lhe é atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária;
- t) que os documentos apresentados pela CELG D ou suas Controladas não contenham impropriedades que possam prejudicar a regularidade da Emissão e/ou o que está estabelecido nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação;
- u) adimplência, pela Emissora, no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos demais Documentos da Operação e seus respectivos anexos;
- v) recolhimento, pela Emissora, de quaisquer taxas ou tributos incidentes sobre o registro da Emissão;
- w) rigoroso cumprimento pela Emissora da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- x) não ocorrência de comunicação, por parte de autoridade competente, sobre a não renovação, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) anos adicionais, do Contrato de Concessão.



CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é o dia 03 de abril de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário de cada Debênture é de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma e Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Escriturador Mandatário, por meio de extrato da conta de depósito a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.



4.7. Prazo e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures têm prazo de vigência de 60 (sessenta) meses a partir da Data de Emissão, vencendo-se portanto, em 03 de abril de 2019 (“Data de Vencimento”), observados os termos e condições previstos no item (4.10) abaixo.

4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão, equivalentes a 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - Certificados de Depósito Interfinanceiro – DI de um dia apuradas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ou em qualquer outro site ou publicação que venha a substituí-lo, expressas na forma percentual e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Taxa DI”), capitalizada exponencialmente, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 7,44% (sete inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis por ano (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$[J = VNe \times (Fator Juros - 1)];$$

J Valor da Remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread);$$

Onde:

FatorDI Produtório das Taxas DI, da data de início do período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com

arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

n Número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

k Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

Spread 7,4400 (sete inteiros e quarenta e quatro centésimos); e

DP Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.2. O pagamento da Remuneração será feito mensalmente, sempre no dia 03 (três) de cada mês calendário, sendo o primeiro pagamento em 03 de maio de 2014 e o último na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) (individualmente, uma “Data de Pagamento da Remuneração” e, em conjunto, as “Datas de Pagamento da Remuneração”).

4.8.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina (exclusive) na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (“Período de Capitalização”).

4.8.3.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. Em caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.8.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, deverá ser utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido. Caso não haja definição de parâmetro legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação vigente aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.8.5.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.8.5) acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas será realizada e deverá estabelecer que a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item (4.8.5.1), a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação da Taxa DI.

4.8.6. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.8.5), não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas, observado o *quorum* estabelecido na Cláusula VII abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou



- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma e percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser estipulado pela mesma, o qual não excederá o prazo médio de amortização original das Debêntures e nem a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os Debenturistas em cada data de amortização. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item (4.8.2 acima, sendo certo que o cronograma de amortização deverá coincidir com as Datas de Pagamento da Remuneração, observado que as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item (4.8.5) acima. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis por ano, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis por ano.

4.8.7. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.

4.9. Repactuação Programada

4.9.1. A Emissora e o Agente Fiduciário, neste ato, na melhor forma de direito, celebram o “1º (Primeiro) Instrumento de Repactuação, Sob Condição Suspensiva, à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CELG Distribuição S.A. – CELG D”, preparado substancialmente na forma do “Anexo II” (“Instrumento de Repactuação Programada”).

4.9.2. Fica desde já estabelecido pelas Partes que, embora válido desde a presente data, o Instrumento de Repactuação Programada tem sua eficácia submetida única e exclusivamente ao envio, pelo Agente Fiduciário, até 30 de julho de 2014 (“Data Limite”), de Notificação de Verificação das Condições Suspensivas (conforme abaixo definido) atestando a não ocorrência de qualquer das condições suspensivas abaixo definidas, observado o disposto nos itens (4.9.5) e (7.7.1) abaixo (“Condições Suspensivas”):

- a) Prorrogação do Contrato de Concessão: Recebimento, pelo Agente Fiduciário, de documento emitido pelo poder concedente evidenciando sua concordância e aprovação com a prorrogação do prazo da concessão objeto do Contrato de Concessão em favor da Emissora por 30 (trinta) anos



adicionais (“Prorrogação da Concessão”);

b) Alienação do Controle Acionário da Emissora à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS ou Aporte de Recursos pela Companhia CELG de Participações – CELGPAR: (A) conclusão, até a Data Limite, da operação de venda de, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito de voto da Emissora, de titularidade da Companhia CELG de Participações – CELGPAR (“CELGPAR”) para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, conforme o Comunicado ao Mercado da CELGPAR, datado de 15 de dezembro de 2011 e o Comunicado ao Mercado da Eletrobrás datado de 08 de maio de 2013 (“Mudança do Controle Acionário”) ou (B) a efetiva realização de aporte de recursos pela CELGPAR na Emissora no montante mínimo de R\$1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais), sendo certo que, desse montante, pelo menos o volume necessário para reverter o patrimônio líquido da CELG D de “negativo” para “positivo”, considerado *pro forma* a realização do respectivo negócio, deverá ser aportado como capital (“Aporte de Recursos”); e

c) Evento de Vencimento Antecipado. Não tenha ocorrido ou esteja em curso (i) qualquer evento que implicará ou que, com o passar do tempo, possa implicar, na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures (conforme abaixo definido) e/ou (ii) qualquer Evento de Vencimento Antecipado.

4.9.2.1. Quaisquer das condições mencionadas neste item (4.9.2) (inclusive com referência ao cronograma do Aporte de Recursos) deverão ser cumpridas em forma, termos e condições considerados como satisfatórios a Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (“Quórum Qualificado”), conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelo Agente Fiduciário e realizada com estrita observância aos termos e condições desta Escritura de Emissão.

4.9.3. Até a Data Limite, o Agente Fiduciário deverá encaminhar à Emissora comunicação preparada substancialmente na forma do “Anexo III” (“Notificação de Verificação das Condições Suspensivas”), comunicando à Emissora o cumprimento ou não de cada um das Condições Suspensivas, conforme deliberado pelos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação equivalentes a, no mínimo, o Quórum Qualificado nos termos desta Escritura de Emissão.

4.9.4. O envio, pelo Agente Fiduciário à Emissora, da Notificação de Verificação das Condições Suspensivas confirmando o não atendimento de qualquer das Condições Suspensivas resultará, para todos os fins e feitos de direito, na eficácia automática do Instrumento de Repactuação Programada, a qual ocorrerá independentemente de qualquer outra comunicação, aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, entre as Partes e/ou qualquer terceiro, sem qualquer ônus ou penalidade, de qualquer natureza, para qualquer das Partes.

4.9.5. O Agente Fiduciário poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Quórum Qualificado (conforme item (4.9.2), alínea “a”, acima), dispensar o cumprimento de qualquer das Condições Suspensivas e/ou alterar a Data Limite, conforme definido no item (4.9.2) acima. O não cumprimento de qualquer outra Condição Suspensiva que não a(s) Condição(ões) Suspensiva(s) dispensada(s) nos termos deste item (4.9.5) resultará na eficácia automática do Instrumento de Repactuação Programada.

4.9.6. Na hipótese de o Agente Fiduciário encaminhar à Emissora a Notificação de Verificação das Condições Suspensivas até a Data Limite atestando (i) o cumprimento cumulativo das Condições Suspensivas ou (ii) o cumprimento de certas Condições Suspensivas e a renúncia das demais Condições Suspensivas, o Instrumento de Repactuação Programada será considerado automaticamente rescindido e resolvido, de pleno direito, independentemente de distrato, aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, não produzindo efeito jurídico de qualquer natureza em face da(e) e/ou entré a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro.

4.10. Amortização do Principal

4.10.1. Os valores devidos a título de Principal deverão ser amortizados e pagos pela Emissora nos montantes e nas datas de pagamento de Principal, conforme indicadas abaixo, sendo o primeiro pagamento a título de amortização de Principal devido em 03 de abril de 2015 e o último na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso).

Parcela	Data de Pagamento de Principal	Amortização (% do Principal)
1	03 de abril de 2015	2,04%
2	03 de maio de 2015	2,04%
3	03 de junho de 2015	2,04%
4	03 de julho de 2015	2,04%
5	03 de agosto de 2015	2,04%
6	03 de setembro de 2015	2,04%
7	03 de outubro de 2015	2,04%
8	03 de novembro de 2015	2,04%
9	03 de dezembro de 2015	2,04%
10	03 de janeiro de 2016	2,04%
11	03 de fevereiro de 2016	2,04%
12	03 de março de 2016	2,04%
13	03 de abril de 2016	2,04%

Parcela	Data de Pagamento de Principal	Amortização (% do Principal)
26	03 de maio de 2017	2,04%
27	03 de junho de 2017	2,04%
28	03 de julho de 2017	2,04%
29	03 de agosto de 2017	2,04%
30	03 de setembro de 2017	2,04%
31	03 de outubro de 2017	2,04%
32	03 de novembro de 2017	2,04%
33	03 de dezembro de 2017	2,04%
34	03 de janeiro de 2018	2,04%
35	03 de fevereiro de 2018	2,04%
36	03 de março de 2018	2,04%
37	03 de abril de 2018	2,04%
38	03 de maio de 2018	2,04%

14	03 de maio de 2016	2,04%
15	03 de junho de 2016	2,04%
16	03 de julho de 2016	2,04%
17	03 de agosto de 2016	2,04%
18	03 de setembro de 2016	2,04%
19	03 de outubro de 2016	2,04%
20	03 de novembro de 2016	2,04%
21	03 de dezembro de 2016	2,04%
22	03 de janeiro de 2017	2,04%
23	03 de fevereiro de 2017	2,04%
24	03 de março de 2017	2,04%
25	03 de abril de 2017	2,04%

39	03 de junho de 2018	2,04%
40	03 de julho de 2018	2,04%
41	03 de agosto de 2018	2,04%
42	03 de setembro de 2018	2,04%
43	03 de outubro de 2018	2,04%
44	03 de novembro de 2018	2,04%
45	03 de dezembro de 2018	2,04%
46	03 de janeiro de 2019	2,04%
47	03 de fevereiro de 2019	2,04%
48	03 de março de 2019	2,04%
49	03 de abril de 2019	saldo
--	--	--

4.11. Aquisição Facultativa

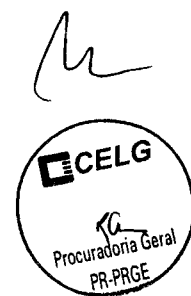
É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista no item (2.4.3) acima e somente após transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, adquirir Debêntures em Circulação no mercado, observadas as regras expedidas pela CVM e pela CETIP nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios e multa, se for o caso, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão *jus* à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária

4.12.1. Verificado o atendimento, cumulativo, das Condições Suspensivas e o envio, pelo Agente Fiduciário, da Notificação de Verificação das Condições Suspensivas, observado o disposto no item (4.9.5), e somente após transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, a Emissora poderá resgatar antecipada e integralmente a totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Neste caso, o valor de resgate antecipado de cada Debênture será acrescido de prêmio calculado pela fórmula a seguir:

$$\text{Valor de Regate} = (1 + \text{Percentual de Prêmio}) \times \text{Valor de Curva}$$

Para esses fins,



“Percentual de Prêmio” significa 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) caso a data de liquidação antecipada ocorra no 13º (décimo terceiro) mês subsequente à Data de Emissão, inclusive. Caso a data de liquidação ocorra posteriormente ao 13º (décimo terceiro) mês, o Percentual de Prêmio será mensalmente reduzido em 0,16 p.p. (dezesseis centésimos ponto percentual) até atingir o valor equivalente zero caso o resgate antecipado ocorra no mês da Data de Vencimento, conforme definido abaixo:

Meses desde a Data de Emissão	Percentual de Prêmio	Meses desde a Data de Emissão	Percentual de Prêmio
13	7,50%	37	3,66%
14	7,34%	38	3,50%
15	7,18%	39	3,34%
16	7,02%	40	3,18%
17	6,86%	41	3,02%
18	6,70%	42	2,86%
19	6,54%	43	2,70%
20	6,38%	44	2,54%
21	6,22%	45	2,38%
22	6,06%	46	2,22%
23	5,90%	47	2,06%
24	5,74%	48	1,90%
25	5,58%	49	1,74%
26	5,42%	50	1,58%
27	5,26%	51	1,42%
28	5,10%	52	1,26%
29	4,94%	53	1,10%
30	4,78%	54	0,94%
31	4,62%	55	0,78%
32	4,46%	56	0,62%
33	4,30%	57	0,46%
34	4,14%	58	0,30%
35	3,98%	59	0,14%
36	3,82%	60	0,00%

“Valor de Curva” significa o somatório dos seguintes fatores: (i) saldo do Valor Nominal Unitário na data de liquidação antecipada; e (ii) Remuneração e demais encargos devidos e não pagos entre a data do último pagamento dos juros e a Data de Pagamento do Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, com cálculo efetuado pelo Agente Fiduciário.

4.12.2. Exclusivamente na hipótese de a Emissora efetuar o Resgate Antecipado Facultativo Total com os recursos provenientes de operação de emissão e colocação no mercado brasileiro de capitais de cotas de emissão do fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da

Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, conforme descrito no Contrato de Distribuição e no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Financeira para a Estruturação, Coordenação de Registro, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples Com Garantia Real Lastreadas em Direitos Creditórios Oriundos de Prestação de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica e para a Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Quotas Seniores de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre a Celg Distribuição S.A. – Celg D e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. Nº CSBRA20140400048” (“Termo de Contratação”), o valor de resgate será o Valor de Curva (conforme acima definido).

4.12.3. Todas as Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão resgatadas em uma única data e imediatamente canceladas pela Emissora.

4.12.4. O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser realizado mediante comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas e à CETIP com, no mínimo, 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência, sendo que tal notificação deverá informar (a) a data do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data de Pagamento do Resgate Antecipado”), (b) a estimativa do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total calculado pela Emissora, o qual deverá ser validado pelo Agente Fiduciário obedecida a metodologia descrita no item (4.12.1) acima, (c) o procedimento definido pela CETIP para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”).

4.12.5. A Emissora não poderá realizar a amortização extraordinária das Debêntures, totais ou parciais.

4.13. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

4.14. Garantias Reais

O pagamento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão será garantido pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, líquidos de qualquer taxa de administração/serviço, provenientes de faturas e/ou duplicatas de prestação de serviços públicos de

fornecimento de energia, devidos à Emissora por consumidores, no período compreendido entre a 1ª (primeira) data de integralização das Debêntures e a data em que se verificar a liquidação integral das Debêntures e demais obrigações acessórias, observados os termos e condições do “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças Nº CSBRA20140400047”, celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“Garantias Reais” e “Contrato de Cessão Fiduciária”).

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. Observado o disposto nos itens (4.15.2) a (4.15.7) abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do montante equivalente a 107,50% (cento e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) multiplicado pelo somatório (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) e (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (“Vencimento Antecipado”), na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão e/ou aos Debenturistas, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures e/ou à Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária e/ou às Garantias Reais, observado eventuais prazos de cura específicos descritos nas demais hipóteses deste item (4.15.1) e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da data de comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou, na omissão deste, pelos Debenturistas, à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo de cura previsto nesta alínea não se aplica às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura de Emissão;
- c) inadimplemento, pela Emissora e/ou quaisquer de suas sociedades Controladas (conforme abaixo definido), de qualquer obrigação pecuniária cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data originalmente estipulada para pagamento ou do término do prazo de cura eventualmente existente; ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, e/ou de quaisquer de suas Controladas cujo saldo devedor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas);

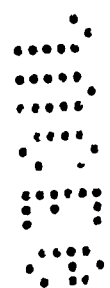
- d) ocorrência de: (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas; (ii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (iv) extinção (exceto se decorrente de reorganizações societárias, que não causem um vencimento antecipado), liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas;
- e) alteração do Controle, direto ou indireto, da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas, exceto: (i) a Mudança do Controle Acionário; (ii) se aprovado previamente por Debenturistas detentores de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) de todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, bem como as Debêntures de titularidade (a) de empresas Controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) de controladores (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas ("Debêntures em Circulação"), ou (ii) se os atuais acionistas da Emissora e de seus controladores na data de assinatura desta Escritura de Emissão, continuarem, direta ou indiretamente, como controladores da Emissora e/ou da respectiva Controlada, conforme definição do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- f) ocorrência de qualquer aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas, desde que observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que operações de incorporação, fusão ou cisão entre as Controladas da Emissora não serão consideradas um Evento de Vencimento Antecipado nos termos desta alínea;
- g) se as Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão: (a) forem objeto de questionamento pela Emissora ou por qualquer terceiro; (b) forem anuladas, nulas, ou invalidadas ou se tornarem ineficazes ou inexecutáveis sob qualquer forma; (c) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal evento não for sanado ou a Emissora não substituir ou reforçar tais Garantias Reais, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento; ou (d) for objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou que a torne insuficiente, sem o devido reforço de garantia, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- h) caso (i) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nos demais documentos da Oferta; ou (ii) provarem-se incorretas ou inconsistentes quaisquer das

declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos da Oferta desde que tais incorreções ou inconsistências não sejam sanadas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de comunicação da referida comprovação pela Emissora ao Agente Fiduciário;

- i) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- j) realização da redução do capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas representando, no mínimo, o Quórum Qualificado;
- k) alteração do objeto social da Emissora e/ou de Controladas, conforme disposto em seu estatuto social, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto quando referida alteração não resultar em mudança da atividade principal atualmente praticada pela Emissora e/ou do ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora;
- l) alienação de quaisquer ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) investimentos na atividade produtiva da Emissora, ou (ii) substituição de bens antigos por novos com a mesma finalidade. Para os fins do disposto nesta alínea, a verificação da receita operacional líquida da Emissora será realizada pelo Agente Fiduciário, trimestralmente, utilizando-se como base de comparação as receitas operacionais líquidas consolidadas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do respectivo trimestre de apuração;
- m) descumprimento de decisão judicial transitada em julgado determinando a execução de títulos contra a Emissora e/ou suas Controladas, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- n) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou suas Controladas, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi(foram) depositado(s) em juízo;
- o) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão;

- p) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos;
- q) descumprimento das obrigações a que a Emissora encontra-se sujeita, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- r) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- s) descumprimento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações definidas no Contrato de Distribuição, observados eventuais prazos de cura específicos definidos no referido instrumento, conforme informado, por escrito, pelo Coordenador Líder ao Agente Fiduciário;
- t) modificação e/ou descontinuidade, total ou parcial, dos Procedimentos de Arrecadação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) incluindo, sem limitação, a apresentação de contestação e/ou a realização, por qualquer pessoa, de qualquer ato ou procedimento que possa-lhe ou venha-lhe afetar adversamente;
- u) caso seja proposta medida judicial ou extrajudicial que a critério dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, afete ou possa afetar a habilidade da Emissora de pagar as suas obrigações oriundas desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária ou prejudicar ou suspender a eficácia ou o exercício ou pleno dos direitos do Agente Fiduciário oriundos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, cuja não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão afete o regular exercício das atividades da Emissora;
- w) se a Emissora realizar, sem a prévia anuência dos Debenturistas, direta ou indiretamente, qualquer operação ou série de operações com qualquer parte relacionada, incluindo, sem limitação, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos;
- x) se a Emissora alienar a terceiros quaisquer bens de sua propriedade sem autorização prévia do Agente Fiduciário, exceto se referidos bens (1) forem imediatamente substituídos por outros de idêntica finalidade e valor igual ou superior, ou (2) se tais bens alienados tiverem valor de mercado, individualmente ou em conjunto, igual ou inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões





de reais);

- y) caso: (i) em algum Período de Cálculo o Valor de Repasse, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária, tenha atingido montante equivalente ou inferior a 80% (oitenta por cento) do Valor Mensal Mínimo; ou (ii) em 3.(três) Períodos de Cálculo consecutivos ou não o Valor de Repasse não tenha atingido o Volume Mensal Mínimo;
- z) caso a Conta Arrecadadora (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) receba, mensalmente, montante inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da receita operacional bruta da CELG D constante do último demonstrativo mensal divulgado;
- aa) descumprimento, pela Emissora, por suas Afiliadas e/ou por qualquer outra pessoa ou entidade que seja integrante do seu grupo econômico, a qualquer tempo, de qualquer termo ou obrigação estabelecidos em qualquer contrato ou acordo celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, quaisquer de suas Afiliadas e/ou qualquer pessoa ou entidade que seja integrante do seu grupo econômico, ou, ainda, qualquer fundo administrado e/ou gerido por sociedade integrante do grupo econômico do Coordenador Líder; ou
- bb) caso a Emissora e/ou qualquer dos demais signatários de qualquer dos Documentos da Operação venham a questionar a existência, validade e/ou eficácia de quaisquer dos termos e condições dos Documentos da Operação, por qualquer meio ou instância, judicial ou extrajudicial, incluindo por medidas liminares.

4.15.1.1. Para os fins do item (4.15.1), “Controle” tem o significado previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações e “Controladas” tem o significado previsto no artigo 243, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

4.15.2. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) A data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (a), (d), (e), (f), (g), (i), (j), (k), (o) e (r) do item (4.15.1 acima (“Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática”), será considerada a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, mesmo que a comunicação escrita, prevista no item (4.15.6 abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o Vencimento Antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- (ii) ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item (4.15.1 acima (“Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD”), será considerada a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.15.3 abaixo na qual os



Debenturistas tenham deliberado pela declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.15.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.15.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item (4.15.3 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

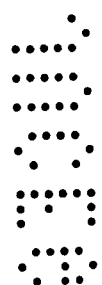
4.15.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada nos termos do item (4.15.3 acima, Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação deliberarem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.15.6. O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, em qualquer das hipóteses descritas no item (4.15.2), nos termos da Cláusula IX abaixo, o Vencimento Antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado, conforme o caso, (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o Vencimento Antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

4.15.7. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no item (4.15.6 acima, e nos termos da Cláusula IX abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item (4.13 acima.

4.15.7.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item (4.15.7 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.





4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou dos encargos moratórios e/ou de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures para os titulares de Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no (i) Diário Oficial do Goiás e (ii) jornal “O Popular”, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações.

4.20. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado

de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V
DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1.A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) (A) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, ou data anterior, caso tais informações sejam disponibilizadas na página da Emissora na rede mundial de computadores; e (B) declaração assinada por diretor da Emissora atestando que a Emissora está em dia com as obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, inclusive com relação às Controladas;
- (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item (4.19 acima;
- (iv) encaminhar tempestivamente ao Agente Fiduciário os documentos necessários à verificação do atendimento das Condições Suspensivas;
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”) ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados;
- (vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, incluindo, sem limitação, aqueles necessários ao acompanhamento dos Procedimentos de Arrecadação; e



- (vii) dentro do prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, cópia das informações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes da Emissora;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços anuais a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula VII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item (4.15 acima, bem como qualquer outro evento que possa trazer prejuízo aos Debenturistas, a critério da Emissora. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma relevante e adversa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a data em que a Emissora tomar conhecimento do



trânsito em julgado do respectivo processo;

- (k) manter as condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias nos negócios da Emissora, devendo notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante ou sobre quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o pontual cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;
- (l) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme práticas correntes da Emissora;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (n) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais;
- (o) respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou que de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- (p) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (q) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, encaminhando ao Agente Fiduciário os respectivos comprovantes evidenciando a liquidação das obrigações da Emissora previstas no Termo de Confissão e Repactuação de Dívida CCC;
- (r) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e a CETIP ou qualquer outro



prestador de serviço de sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;

- (s) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (t) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (u) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (v) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 1 (um) dia útil, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (w) cumprir todas as obrigações dispostas em todos os documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária, ao Contrato de Distribuição e a esta Escritura de Emissão;
- (x) incluir em suas demonstrações financeiras disposição expressa dando ciência das Debêntures e de seus termos e condições, em especial da existência desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (y) encaminhar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, contado do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou evento equivalente apresentado por terceiros contra si; e
- (z) manter, enquanto as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não estiverem integralmente pagas, conforme atestado pelo Agente Fiduciário, o valor dos ativos objeto da garantia constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária sempre em conformidade com os valores mínimos estabelecidos no referido contrato, praticando todos os atos necessários para que isso ocorra.

5.2. As despesas a que se referem as alíneas do item (5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:



- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (c) extração de certidões;
- (d) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- (e) despesas de viagem, compreendendo alimentação, transporte e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que qualquer despesa em valor individual ou agregado superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverá ser, sempre que possível, previamente aprovado pela Emissora; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea “c” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM 358”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência



de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e

- (g) fornecer todas as informações solicitadas, pelo Agente Fiduciário, pela CVM, ANBIMA e/ou pela CETIP.

CLÁUSULA VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (j) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou



[Handwritten signature]

delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, até a liquidação integral das Debêntures, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$30.000,00 (trinta mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidos ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) verificação de *covenants* não financeiros, (iii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagos 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das condições das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das condições das Debêntures.

6.4.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, ressalvados aqueles já previamente previstos nesta Escritura de Emissão, serão cobrados, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

6.4.4. As parcelas referidas nos itens acima serão atualizadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getulio Vargas (“IGP-M/FGV”) ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada



parcela, calculadas *pro rata die* se necessário.

6.4.5. Além disso, as parcelas previstas nos itens acima serão acrescidas dos tributos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e quaisquer outros tributos que venham a incidir na remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.

6.4.6. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei das Sociedades por Ações.

6.4.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas à Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.4.9. No caso de alteração nas características da Emissão ou em eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, fica facultada ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.4.10. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em

atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, do Instrumento de Repactuação Programada e do Instrumento de Aditamento e de respectivos aditamentos na JUCEG, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item (4.19 acima;



- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma do grupo societário da Emissora, contendo inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes de bloco de controle, bem como todos os dados financeiros e atos societários, necessários à realização do relatório acima, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures;
 - (viii) pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
 - (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e



- (xi) realizar todo e qualquer ato ou procedimento solicitado pelo Agente Fiduciário relacionado à Escritura de Emissão, ao Instrumento de Repactuação Programada, ao Instrumento de Aditamento e ao Contrato de Cessão Fiduciária; e
 - (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM;e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, seus aditamentos e ao Contrato de Cessão Fiduciária e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;



- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
- (q) acompanhar com o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora em relação às Debêntures, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) verificar a regularidade da constituição da Garantia Real, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (t) verificar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures feito pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas, e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site: www.oliveiratrust.com.br.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item (4.15) acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão, incluindo executar as garantias associadas às Debêntures;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução das Garantias Reais; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.



6.6.1.O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (d) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1.Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.2.É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3.Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4.Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

6.7.5.A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEG junto com a presente.

6.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item (4.19) acima.



6.7.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas nesta Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunirem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM, conforme previsto no artigo 71, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item (4.19) acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5.1. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

7.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos

titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.7. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados *quora* específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, por Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.7.1. Sem prejuízo do disposto no item (7.7) acima, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, o Quórum Qualificado: (i) a dispensa do cumprimento de quaisquer das Condições Suspensivas, prevista no item (4.9.5) desta Escritura de Emissão; (ii) a alteração da Data Limite, conforme definido no item (4.9.2) acima; e (iii) a renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item (4.15.2) desta Escritura de Emissão.

7.7.2. Sem prejuízo do disposto no item (7.7) acima, somente os Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, poderão aprovar alterações propostas pela Emissora sobre as seguintes matérias:

- (a) qualquer alteração no prazo de vigência, na Remuneração e/ou na Data de Vencimento das Debêntures;
- (b) nos critérios e procedimentos para cálculo e pagamento da Remuneração e/ou nas Datas de Pagamento da Remuneração;
- (c) na espécie das Debêntures;
- (d) desta Cláusula VII e seus procedimentos e *quora*;
- (e) nos *quora* de deliberação, ordinários ou qualificados, das Assembleias Gerais de Debenturistas; e/ou
- (f) qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previstos no item (4.15) acima.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara, na Data de Emissão e em cada data de subscrição e integralização de cada uma das *Tranches*, que:

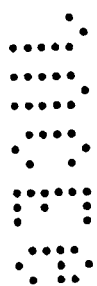
- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias e/ou, conforme aplicáveis, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada, e legislação correlata, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta e ao cumprimento de suas obrigações previstas nos referidos documentos, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e os demais Documentos da Operação e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) a Emissora encontra-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos demais Documentos da Operação e seus respectivos anexos;
- (f) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, dos demais Documentos da Operação e o cumprimento de suas respectivas obrigações aqui e ali previstos, assim como a Emissão e a Oferta não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e



propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais de que trata o item (4.14) acima; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (g) tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (h) cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2012, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (j) as informações públicas sobre a Emissora, constituem informações relevantes e necessárias para que os Investidores Qualificados e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta e suficiente com relação ao investimento nas Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (k) não omitiu ao Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (l) não produziu material de divulgação, venda ou propaganda das Debêntures de qualquer natureza;
- (m) inexistem, em seu conhecimento (a) do descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar Efeito Adverso Relevante ;
- (n) as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais Documentos da Operação são e permanecem nesta data integralmente verdadeiras, corretas e completas;





- (o) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item (3.5) desta Escritura de Emissão;
- (q) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (r) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (s) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e dos demais Documentos da Operação, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na JUCEG, (b) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, e (c) o registro das Debêntures na CETIP;
- (t) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua capacidade de cumprir com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (u) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;
- (v) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (w) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e



previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança;

- (x) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir que: (a) as operações são executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações são registradas conforme exigido para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (y) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são suficientes, corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas; e
- (z) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição.

8.2. Para fins desta Cláusula, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, ou alteração ou efeito sobre a Emissora, considerados em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos documentos da Oferta, da Emissão e/ou da Oferta.

CLÁUSULA IX DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:



Para a Emissora:

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D

Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás,
Goiânia - GO

At.: Oscar Alfredo Salomão Filho

Tel.: (62) 3243-1041

Fax: (62) 3243-1063 E-mail: oscar.asf@celg.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca
22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br / gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At. Sr. Luiz Petito Tel.: (11) 2797-9441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

At. Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-9441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Coordenador Líder:

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

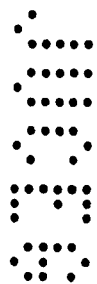
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 10º andar
CEP 04542-000 – São Paulo-SP

At.: Departamento Jurídico

Tel.: (11) 3701-8050

Fax: (11) 3701-6911

E-mail: list.csbg-legal@credit-suisse.com



4



9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima ou das pessoas responsáveis pelo recebimento das comunicações deverá ser comunicada à outra Parte pela parte que tiver seu endereço alterado ou a pessoa responsável pelo recebimento das comunicações, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item (9.3) acima serão arcados pela Parte inadimplente.

CLÁUSULA X **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, salvo na hipótese de não atendimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.



10.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA XI DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 04 de abril de 2014

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]


.....
.....
.....
.....
.....

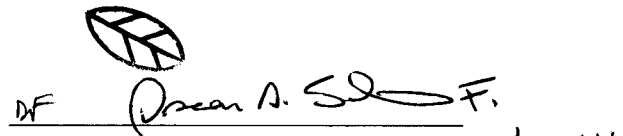
4



Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Celg Distribuição S.A. – Celg D (1/2)

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D


Nome: em 16/04/2014
Cargo: Leonardo Lins de Albuquerque
Presidente - CELG D


Nome: em 16/04/2014
Cargo: Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Econômico Financeiro

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

4. TABELIONATO DE NOTAS
RUA 9 N. 1155, Ed. Aton - Terço - Oeste
GOIÂNIA - GO

Reconheço verdadeira a(s) assinatura(s)
Supra-assinada(s) de:
[70eh1119]-LEONARDO LINS DE ALBUQUERQUE.
[70eh1119]-OSCAR ALFREDO SALOMÃO FILHO.
Que assina por CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

Doou fe. Em Testemunho da Verdade.
Goiânia-GO, 12 de Abril de 2014

DIVINO VÁRCIO CARDOSO DOS SANTOS
ESCRIVÃO RECONHECIMENTO

Selo Digital n.
02041403071033023034323 e
02041403071033023034324.
Confirme a Autenticidade do selo no
site:
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>
10:09:31



Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Celg Distribuição S.A. – Celg D (2/2)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Cargo: Procurador

Nome: Sônia Regina Menezes
Cargo: Procuradora

Testemunhas:

Nome: NILTO CAIXETA SILVA
CPF: 783.996.611-04

Nome: VANDELIEL SILVA DE JESUS
CPF: 464.879.821-49

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

2 notário

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço, como autêntica, a firma de: (1) MARCELO TAKESHI YANO DE ANDRADE, lançada em minha presença, registrada no livro nº 167, sob nº 520. São Paulo, 04 de abril de 2014.
Em Teste da verdade. Cód. [-1218724616212732407937-2437]

PAULO HENRIQUE MARCIANO - Escrevente (R\$ 11,50)
Selo(s): 1 Ato:1077AA-196280
O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.



2 notário

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço, como autêntica, a firma de: (1) SÔNIA REGINA MENEZES, lançada em minha presença, registrada no livro nº 169, sob nº 523. São Paulo, 04 de abril de 2014.
Em Teste da verdade. Cód. [-1213773116242132410453-2437]

PAULO HENRIQUE MARCIANO - Escrevente (R\$ 11,50)
Selo(s): 1 Ato:1077AA-196280
O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.





JUCEG JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS	
CERTIFICO O REGISTRO EM:	25/04/2014
SOB O NÚMERO:	52140802053
Protocolo:	14/080205-3
Empresa: 52 3 0000295 8	
CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	
SECRETARIA-GERAL - PAULA ROSSI	F 286218

ANEXO I

[●] ([●]) INSTRUMENTO DE ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações - CELGPARG, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob nº 01.543.032/0001-04, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, de outro lado, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”), [●], instituição financeira com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”,

CONSIDERANDO QUE:

- A) o acionista único da Emissora deliberou, nos termos da 234ª Assembleia Geral Extraordinária de acionista da CELG D (“AGE”), realizada em 03 de dezembro de 2013, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o nº 52132297582, entre outras matérias, a seleção e proposta de contratação para a emissão das Debêntures no valor de até R\$290.000.00,00 (duzentos e noventa milhões de reais), com prazo total de 60 (sessenta) meses, sendo que as Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas em até 6 (seis) *tranches*, com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias entre cada desembolso;
- B) nos termos da AGE, a continuidade dos desembolsos e a manutenção do cronograma original de amortizações estão condicionadas ao aperfeiçoamento de determinadas condições, sendo que, na hipótese de não ocorrência, cumulativa, das condições previstas na AGE, o fluxo de desembolsos será suspenso e a totalidade das Debêntures em Circulação na ocasião deverá ser totalmente liquidada pela Emissora observados os termos e condições do Instrumento de Repactuação Programada (conforme abaixo definido);
- C) conforme previsto no item (4.9) da “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Celg Distribuição



[Handwritten signature]

S.A. – CELG D” (“Escritura de Emissão”), celebrada, em 04 de abril de 2014, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e, de forma a oferecer segurança jurídica para ambas as Partes, a Emissora e o Agente Fiduciário estabeleceram, em caráter irrevogável e irretratável, os termos e condições sob os quais, verificado o não aperfeiçoamento de quaisquer das Condições Suspensivas, a Data de Vencimento, o cronograma de amortização do Principal e as Datas de Pagamento de Remuneração serão consideradas como automaticamente repactuadas, nos termos do “1º (Primeiro) Instrumento de Repactuação, Sob Condição Suspensiva, à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Celg Distribuição S.A. – CELG D”, celebrado entre as Partes em 04 de abril de 2014 e inscrito na JUCEG em [●], sob o nº [●] (“Instrumento de Repactuação Programada”);

- D) conforme previsto nos itens (3.8.13) e (3.8.14) da Escritura de Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário estabeleceram, em caráter irrevogável e irretratável, que a continuidade da obrigação de subscrever e integralizar as Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição, fica também condicionada ao aperfeiçoamento das Condições Suspensivas; e
- E) verificou-se, observados os termos e condições da Escritura de Emissão, o não cumprimento [cumulativo das Condições Suspensivas de Desembolso][e/ou][de quaisquer das Condições Suspensivas, observado o disposto no item (4.9.5) da Escritura de Emissão], e que, portanto, fica interrompida, em caráter definitivo, a obrigação de subscrição e integralização de novas Debêntures pelo Coordenador Líder [e, em razão do não cumprimento das Condições Suspensivas, passa a vigorar, de forma automática e com plena eficácia, independentemente de qualquer outra comunicação, aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, o Instrumento de Repactuação Programada],

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente “Instrumento de Aditamento à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Celg Distribuição S.A. – CELG D” (“Instrumento de Aditamento”), em observância às seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados neste Instrumento de Aditamento que não estejam de outra forma aqui definidos são utilizados neste instrumento com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Todos os termos no singular definidos neste Instrumento de Aditamento deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa.

CLÁUSULA II DO ADITAMENTO

2.1. Resolvem as Partes aditar os itens (3.3.1), (3.4.1) e (3.8.1) a (3.8.12) da Cláusula III da



Escritura de Emissão (Características da Emissão), que passarão a vigorar com a seguinte nova redação:

“3.3. Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$[●] ([●]) (“Principal”).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Foram emitidas [●] ([●]) Debêntures.

(...)

3.8. Colocação, Procedimento de Distribuição e das Tranches

3.8.1. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33 (“Coordenador Líder”), conforme os termos e condições do “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Celg Distribuição S.A. – Celg D Nº CSBRA20140400046” (“Contrato de Distribuição”), celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora.

3.8.2. O plano de distribuição pública seguiu o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, com expressa permissão de realização de distribuição parcial, na qual foi estabelecido o limite mínimo de colocação de [●] ([●]) Debêntures, considerando-se que as obrigações de subscrição e integralização das Debêntures pelo Coordenador Líder encontravam-se sujeitas ao aperfeiçoamento das Condições Suspensivas de Desembolso e das Condições Suspensivas (conforme abaixo definido).

3.8.2.1. O Coordenador Líder acessou, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo que a subscrição das Debêntures foi realizada por menos de 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinaram declaração atestando, entre outras, estar cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme descrito na cláusula (2.4.3) acima.

3.8.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta



pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.8.5. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, foram considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

3.8.6. A Emissora não realizou a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

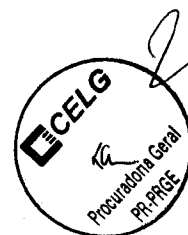
3.8.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.8.8. Não existem reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizou o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados, com a permissão que a totalidade das Debêntures fossem subscritas e integralizadas por um único Investidor Qualificado.

3.8.9. Não foi concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.10. Não houve preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.8.11. Observados os termos e condições do Contrato de Distribuição, as Debêntures foram subscritas e integralizadas durante o prazo de [●] ([●]) meses contado do início da Oferta ("Período de Distribuição"), em [●] ([●]) parcelas ("Tranches"), sempre por seu respectivo Preço



de Subscrição (conforme abaixo definido). A subscrição e integralização das Tranches totalizou o montante de R\$[●] ([●]).

3.8.12. Previamente ao desembolso de cada Tranche subsequente à 1ª (primeira) Tranche, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram aditamento ao "anexo II" do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como realizaram todos os procedimentos de registro lá previstos."

2.2. Resolvem as Partes excluir os itens (3.8.13), (3.8.13.1) e (3.8.14) da Cláusula III da Escritura de Emissão.

2.3. Por fim, resolvem as Partes aditar o item (4.6.1) da Cláusula IV da Escritura de Emissão (Características das Debêntures), que passará a ter a seguinte nova redação:

"4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures foram subscritas e integralizadas à vista pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP."

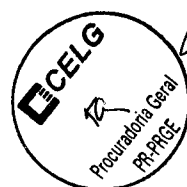
**CLÁUSULA III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1. As alterações à Escritura de Emissão pactuadas no presente Instrumento de Aditamento não implicam novação tampouco renúncia, pelas Partes, de qualquer de seus direitos e obrigações previstos nos contratos de que cada uma é parte, que ficam expressamente ratificados e confirmados, permanecendo em vigor e plenamente aplicáveis, todas as demais cláusulas e condições não expressamente alteradas pelo presente Instrumento de Aditamento e pelo Instrumento de Repactuação Programada.

3.2. O presente Instrumento de Aditamento foi devidamente celebrado pelos representantes legais das Partes, os quais têm poderes para assumir, em seu respectivo nome, as obrigações aqui estabelecidas, constituindo o presente uma obrigação lícita e válida, exequível, em conformidade com seus termos, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil. Esse Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores.

3.3. Esse Instrumento de Aditamento decorre do mútuo acordo entre as Partes, não podendo de forma alguma ser caracterizado como precedente invocável para obstar o cumprimento de suas respectivas obrigações definidas na Escritura de Emissão.

3.4. As declarações e garantias prestadas ao longo da Escritura de Emissão permanecem corretas, precisas e verdadeiras e são repetidas pela Emissora nesta data, como se tais declarações e garantias estivessem aqui transcritas, para todos os fins e efeitos de direito.



3.5. O presente Instrumento de Aditamento será registrado pela Emissora nos termos do item (2.3) da Escritura de Emissão.

3.6. O Preâmbulo deste Instrumento de Aditamento é parte integrante e inseparável do presente.

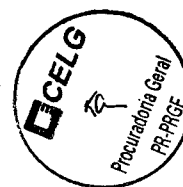
CLÁUSULA IV FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões porventura oriundas deste Instrumento de Aditamento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de [●].

.....
.....
.....
.....
.....
.....



ANEXO II

INSTRUMENTO DE REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

1º (PRIMEIRO) INSTRUMENTO DE REPACTUAÇÃO, SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA, À ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob nº 01.543.032/0001-04, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, de outro lado, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”), **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas no 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”,

CONSIDERANDO QUE:

- A) o acionista único da Emissora deliberou, nos termos da 234ª Assembleia Geral Extraordinária da Emissora (“AGE”), realizada em 03 de dezembro de 2013, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o nº 52132297582, entre outras matérias, a seleção e proposta de contratação para a emissão das Debêntures no valor de até R\$290.000.00,00 (duzentos e noventa milhões de reais), com prazo total de 60 (sessenta) meses, sendo que as Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas em até 6 (seis) tranches, com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias entre cada desembolso;
- B) a continuidade dos desembolsos e a manutenção do cronograma original de amortizações estão condicionadas ao aperfeiçoamento de determinadas condições, sendo que, na hipótese de não ocorrência de quaisquer das condições previstas na Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), o fluxo de desembolsos será suspenso e a totalidade das Debêntures em Circulação na ocasião deverá ser totalmente liquidado pela Emissora, observados os termos e condições deste instrumento;



- C) conforme previsto no item (4.9) da “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CELG Distribuição S.A. – CELG D” (“Escritura de Emissão”), celebrada, em 04 de abril de 2014, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e, de forma a oferecer segurança jurídica para ambas as Partes, a Emissora e o Agente Fiduciário pretendem estabelecer, em caráter irrevogável e irretratável, os termos e condições sob os quais, verificado o não aperfeiçoamento de quaisquer das Condições Suspensivas (conforme abaixo definido), a Data de Vencimento, o cronograma de amortização do Principal e as Datas de Pagamento de Remuneração serão consideradas como automaticamente repactuadas;
- D) até a Data Limite, conforme definido na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá encaminhar à Emissora comunicação preparada substancialmente na forma do “anexo III” da Escritura de Emissão (“Notificação de Verificação das Condições Suspensivas”), comunicando à Emissora o cumprimento ou não de todas as Condições Suspensivas, conforme deliberado pelos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão e do presente instrumento;
- E) o envio, pelo Agente Fiduciário à Emissora da Notificação de Verificação das Condições Suspensivas confirmando o não atendimento de quaisquer das Condições Suspensivas resultará, para todos os fins e efeitos de direito, na eficácia automática deste Instrumento de Repactuação Programada, a qual ocorrerá independentemente de qualquer outra comunicação, aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, entre as Partes e/ou qualquer terceiro, sem qualquer ônus ou penalidade, de qualquer natureza, para qualquer das Partes, sem prejuízo das demais obrigações assumidas pelas Partes na Escritura de Emissão; e
- F) na hipótese de o Agente Fiduciário encaminhar à Emissora a Notificação de Verificação das Condições Suspensivas atestando (i) o cumprimento cumulativo das Condições Suspensivas ou (ii) o cumprimento de certas Condições Suspensivas e a renúncia das demais Condições Suspensivas, este Instrumento de Repactuação Programada será considerado automaticamente rescindido e resolvido, de pleno direito, independentemente de distrato, aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, não produzindo efeito jurídico de qualquer natureza em face da(e) e/ou entre a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro, sem qualquer ônus ou penalidade, de qualquer natureza, para qualquer das Partes,

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente “1º (Primeiro) Instrumento de Repactuação, Sob Condição Suspensiva, à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CELG Distribuição S.A. – CELG D” (“Instrumento de Repactuação Programada”), em observância às seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DAS DEFINIÇÕES

1.2. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados neste Instrumento de Repactuação Programada que não estejam de outra forma aqui definidos são utilizados neste



instrumento com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Todos os termos no singular definidos neste Instrumento de Repactuação Programada deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa.

CLÁUSULA II

DO ADITAMENTO E REPACTUAÇÃO ÀS CLÁUSULAS DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.1. Resolvem as Partes repactuar e aditar o item (4.7) da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“4.7. Prazo e Data de Vencimento

4.7.1 As Debentures têm prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 03 de abril de 2015 (“Data de Vencimento”).”

2.2. Resolvem as Partes repactuar e aditar o item (4.10.1) da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“4.10. Amortização do Principal

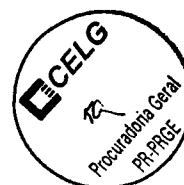
4.10.1 Os valores devidos a título de Principal deverão ser amortizados e pagos pela Emissora nos montantes e nas datas de pagamento de Principal, conforme indicadas abaixo, sendo o primeiro pagamento a título de amortização de Principal devido em 15 de julho de 2014 e o último na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso).

<i>Parcela</i>	<i>Data de Pagamento de Principal</i>	<i>Amortização (% do saldo de Principal)</i>
1	15/08/2014	11,11%
2	15/09/2014	11,11%
3	15/10/2014	11,11%
4	15/11/2014	11,11%
5	15/12/2014	11,11%
6	15/01/2015	11,11%
7	15/02/2015	11,11%
8	15/03/2015	11,11%
9	03/04/2015	11,12%

CLÁUSULA III

DAS CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

3.1. Fica desde já estabelecido pelas Partes que, embora válido desde a presente data, este Instrumento de Repactuação Programada têm sua eficácia submetida única e exclusivamente à verificação, até a Data Limite, do não cumprimento de quaisquer das condições suspensivas abaixo definidas (“Condições Suspensivas”):



- a) Prorrogação do Contrato de Concessão. Recebimento pelo Agente Fiduciário, de documento emitido pelo poder concedente evidenciando sua concordância e aprovação com a prorrogação do prazo da concessão objeto do Contrato de Concessão em favor da Emissora por 30 (trinta) anos adicionais (“Prorrogação da Concessão”);
- b) Alienação do Controle Acionário da Emissora à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS ou Aporte de Recursos pela Companhia CELG de Participações – CELGPARG: (A) conclusão da operação de venda de, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito de voto da Emissora, de titularidade da Companhia CELG de Participações – CELGPARG (“CELGPARG”) para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, conforme o Comunicado ao Mercado da CELGPARG, datado de 15 de dezembro de 2011 e o Comunicado ao Mercado da Eletrobrás datado de 08 de maio de 2013 (“Mudança do Controle Acionário”) ou (B) a efetiva realização de aporte de recursos pela CELGPARG na Emissora, no montante mínimo de R\$1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais), sendo certo que, desse montante, pelo menos o volume necessário para reverter o patrimônio líquido da CELG D de “negativo” para “positivo”, considerado pro forma a realização do respectivo negócio, deverá ser aportado como capital (“Aporte de Recursos”); e
- c) Evento de Vencimento Antecipado. Não tenha ocorrido ou esteja em curso (i) qualquer Evento de Vencimento Antecipado ou (ii) qualquer evento que implicará ou que, com o passar do tempo, possa implicar, na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão).

3.1.1. Quaisquer das condições mencionadas neste item (3.1), inclusive com referência ao cronograma do Aporte de Recursos, deverão ser cumpridas em forma, termos e condições considerados como satisfatórios a Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (“Quórum Qualificado”), conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelo Agente Fiduciário e realizada com estrita observância aos termos e condições desta Escritura de Emissão.

3.2. Fica desde já estabelecido pelas Partes que o envio, pelo Agente Fiduciário à Emissora da Notificação de Verificação das Condições Suspensivas confirmando o não atendimento de quaisquer das Condições Suspensivas resultará, para todos os fins e efeitos de direito, na eficácia automática deste Instrumento de Repactuação Programada, a qual ocorrerá independentemente de qualquer outra comunicação, aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, entre as Partes e/ou qualquer terceiro, sem qualquer ônus ou penalidade, de qualquer natureza, para qualquer das Partes, sem prejuízo das obrigações assumidas pelas Partes no item (3.8.14) da Escritura de Emissão.

3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário encaminhar à Emissora a Notificação de Verificação das Condições Suspensivas até a Data Limite atestando (i) o cumprimento cumulativo das Condições Suspensivas ou (ii) o cumprimento de certas Condições Suspensivas e a renúncia das demais Condições Suspensivas nos termos estabelecidos na Escritura de Emissão, este Instrumento de Repactuação Programada será considerado automaticamente rescindido e resolvido, de pleno direito, independentemente de distrato, aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, não



produzindo efeito jurídico de qualquer natureza em face da(e) e/ou entre a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro.

CLÁUSULA IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Todas as demais disposições da Escritura de Emissão não alteradas por meio deste Instrumento de Repactuação Programada permanecem em pleno vigor e efeito sendo, neste ato, devidamente ratificadas pelas Partes.

4.2. As Partes em boa-fé obrigam-se a colaborar entre si e realizar todo e qualquer ato razoável, sob sua direta responsabilidade, considerado como necessário e imprescindível ao aperfeiçoamento tempestivo das Condições Suspensivas.

4.3. A não implementação das Condições Suspensivas não prejudicará, comprometerá ou afetará a existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos objeto da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Distribuição e dos demais instrumentos jurídicos vinculados, direta ou indiretamente, à Oferta.

4.4. As Partes desde já reconhecem que este Instrumento de Repactuação Programada constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

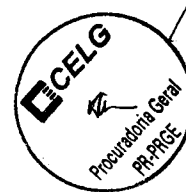
4.5. Sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos, as Partes poderão exigir o cumprimento específico das obrigações de fazer ou não fazer estabelecidas neste Instrumento de Repactuação Programada na forma do art. 461 do Código de Processo Civil.

4.6. O presente Instrumento de Repactuação Programada será registrado pela Emissora nos termos do item (2.3) da Escritura de Emissão.

4.7. O Preâmbulo deste Instrumento de Repactuação Programada é parte integrante e inseparável do presente.

4.8. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Instrumento de Repactuação Programada a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 04 de abril de 2014



ANEXO III

NOTIFICAÇÃO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

A

CELG Distribuição S.A. – CELG D

Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás,
Goiânia – GO

At.: DF-Diretoria Econômico-Financeira

Ref.: Verificação das Condições Suspensivas nos termos da “Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CELG Distribuição S.A. – CELG D” (“Escritura de Emissão”)

Prezados Senhores,

Vimos, por meio da presente, nos termos do Item (4.9.3) da Escritura de Emissão, conforme deliberado pelos titulares das debêntures objeto da Escritura de Emissão (“Debêntures” e “Debenturistas”) por meio de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em [●], verificar o atendimento ou não atendimento das seguintes Condições Suspensivas até a presente data (“Data Limite”):

Condição Suspensiva	Atendimento
<u>Prorrogação do Contrato de Concessão</u> : Recebimento, pelo Agente Fiduciário, de documento emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica evidenciando sua concordância e aprovação com a prorrogação do prazo da concessão objeto do Contrato de Concessão em favor da CELG D por 30 (trinta) anos adicionais, em forma, termos e condições considerados como satisfatórios aos Debenturistas com observância aos termos e condições da Escritura de Emissão.	[] Sim [] Não
<u>Alienação do Controle Acionário da Emissora à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS ou Aporte de Recursos pela Companhia CELG de Participações – CELGPAR</u> : (A) conclusão da operação de venda de, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito de voto da CELG D, de titularidade da Companhia CELG de Participações – CELGPAR (“ <u>CELGPAR</u> ”) para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. –	[] Sim [] Não



Eletrobrás ou (B) a efetiva realização de aporte de recursos pela CELGPAR na CELG D no montante mínimo de R\$1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais), sendo pelo menos R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) sob o formato de aporte de capital (“ <u>Aporte de Recursos</u> ”) em forma, termos e condições considerados como satisfatórios aos Debenturistas, com observância aos termos e condições da Escritura de Emissão.	
<u>Evento de Vencimento Antecipado.</u> Não tenha ocorrido ou esteja em curso (i) qualquer evento que implicará ou que, com o passar do tempo, possa implicar, na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ou (ii) qualquer Evento de Vencimento Antecipado	[] Sim [] Não

Considerando que foi confirmado o [atendimento cumulativo] / [não atendimento de algumas] / [atendimento parcial, com renúncia expressa dos Debenturistas,] das Condições Suspensivas, o Instrumento de Repactuação Programada passa a ser, nesta data, [resolvido] / [plenamente eficaz] para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de qualquer outra comunicação, aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

[Adicionalmente, considerando que, nos termos do Item (3.8.2) e (3.8.15) da Escritura de Emissão, foi confirmado o não aperfeiçoamento cumulativo das Condições Suspensivas, o Coordenador Líder e os Debenturistas ficam, desde já, automaticamente liberados e desobrigados de todas e quaisquer obrigações por eles assumidas no que tange à subscrição e integralização de qualquer das *Tranches* e, com relação ao Coordenador Líder, no que tange às suas obrigações nos termos do Contrato de Distribuição, não cabendo, contra o Coordenador Líder e/ou qualquer Debenturista nenhum direito ou pretensão indenizatória e/ou de ressarcimento de nenhum custo, honorários advocatícios, perda, prejuízo ou dano material ou emergente ou lucro cessante. Nesse sentido, nos termos do Item (3.8.14) da Escritura de Emissão, a CELG D e [o Agente Fiduciário] deverão celebrar, no prazo de até 15 (quinze) dias contado desta data, aditamento à Escritura de Emissão, preparado substancialmente na forma do “anexo I” da Escritura de Emissão.]

Atenciosamente,

[Agente Fiduciário]



M

JUCEG JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/04/2014
SOB O NÚMERO: 52140802053
Protocolo: 14/080205-3

Empresa: 52 3 0000295 8
CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

SECRETÁRIA-GERAL - PAULA MARIA LOBO VELLOSO ROSSI

F 286216